

O Verão de 2008 surge-nos como um verão quente, diremos mesmo demasiado quente, pois os problemas sociais avolumam-se. As condições económicas e de vida dos agregados familiares agudizam-se devido à subida imparável dos preços. Todos fazemos contas antevendo o défice negativo no final do mês.

Sente-se uma contestação generalizada, mas este não é definitivamente o tema proposto para este editorial. O tema a abordar é a habitação, que todos sabemos ser uma necessidade básica e prioritária, talvez logo a seguir à alimentação.

É incontestável a necessidade e o direito consagrado na Constituição, a luta de todos os dias para alguns que trabalham nessa área de forma a permitir a cada família o acesso a uma habitação condigna, onde cada Ser possa crescer em harmonia, promovendo o convívio com o grupo familiar, conciliando com a privacidade, só possível no seu próprio espaço.

Construíram-se bairros sociais, e num trabalho notável de alguns especialistas projectaram-se espaços para integrar grupos mais vulneráveis, contudo algumas destas iniciativas não tiveram continuidade, não se resolvendo o problema na sua totalidade.

Dados os constrangimentos do mercado de arrendamento no nosso País, a compra de habitação surge para muitas famílias como a única solução viável. Jovens e menos jovens, priorizam a habitação nos seus gastos mensais, investindo totalmente o seu rendimento mensal na aquisição deste bem: fizeram contas, equilibraram o Orçamento para passados 20 ou 30 anos se libertarem desde pesado encargo... Todos estes planos foram gorados com uma subida imparável das taxas de juro, e os problemas de incumprimento surgem com as dificuldades associadas a esse facto.

O escândalo dos fortes lucros da Banca, a que ninguém põe cobro, e a existência de *spreads* que são negociáveis para movimentar créditos da habitação de banco para banco, criam cada vez maiores dificuldades. Renegociar prazos, parece surgir como uma forma de resolução do problema, contudo será honesta? Na minha opinião existe já uma consciência colectiva de que parte da população portuguesa entrou em ruptura, optando por cumprir os encargos que lhes diminuíram a sua qualidade de vida ingressando na classe dos “novos pobres”.

Contudo, vão surgindo experiências alternativas e interessantes com vista a responder aos grupos mais desfavorecidos, em função de novas preocupações que vão emergindo na Sociedade Portuguesa. São exemplo disso algumas experiências retratadas nesta edição, como é o caso das habitações apoiadas para população portadora de deficiência, alojamento temporário para mulheres vítimas de maus-tratos, ou habitações com características específicas que respeitem as diferenças culturais de alguns grupos étnicos.

Temos consciência de que não existem soluções perfeitas nem definitivas, contudo é determinante delinear-mos um caminho que vá de encontro às necessidades de cada um...

Graça Baptista

Vice-coordenadora do Núcleo Distrital de Faro da REAPN

Ficha Técnica



Propriedade

Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 - 4200-218 Porto
Tel. 225 420 800 - Fax 225 403 250
E-mail: geral@reapn.org • www.reapn.org

Coordenação editorial

Núcleo Regional do Sul
(Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Setúbal)
Gabinete de Informação
Gabinete de Desenvolvimento

Design, Paginação e Impressão
A Diferença, Lda - Tel.: 255 911 042

Periodicidade
Quadrimestral

Tiragem
2.000 exemplares

Depósito Legal
247628/06

Distribuição
Gratuita

A dimensão social da habitação constrói-se no colectivo

“A habitação, os seus problemas e soluções devem ser formuladas e concretizadas tendo por enquadramento uma política mais genérica: a política das cidades. Além disso, a política da Habitação tem de se articular fortemente com outras políticas (...) portanto, pressupõe uma grande cooperação interministerial (...). Quando falamos de Habitação não falamos só de casas, também falamos de pessoas, espaços urbanos e de um enquadramento mais genérico”

(João Ferrão *in* Causas Comuns, n.º 1 Jan. 2008, pp. 3 – 7)



A Habitação, para além de uma necessidade de abrigo e um bem em si, configura-se como um pilar fundamental da promoção de qualidade de vida e da abordagem da qualidade do habitat e do habitar. A sua leitura e abordagem no quadro das Políticas de Cidade e de Ordenamento do Território traduz um alargamento do entendimento do seu valor intrínseco enquanto objecto para um entendimento do seu valor instrumental mais abrangente na configuração de outros valores e desenho de políticas.

De facto, a habitação assume um valor instrumental muito mais alargado na configuração dos mercados (valor de económico de troca), na configuração da posição social dos indivíduos e das identidades (valor social e cultural), na configuração dos usos e apropriação dos espaços (valor funcional, territorial e ambiental) e na produção e gestão do seu desenvolvimento (valor cívico e político). Este entendimento coloca assim a discussão da habitação enquanto património colectivo que se desenvolve a várias escalas (individual, colectiva e relacional), enquanto linguagem através da qual os sistemas sociais (a sociedade no seu conjunto e as comunidades nas suas especificidades territoriais) se afirmam, se expressam e comunicam.

A questão da habitação ganha assim contornos instrumentais fundamentais também ao desenvolvimento das próprias políticas sociais e de promoção de coesão social e não pode prescindir de olhares, instrumentos e quadros de acção cada vez mais exigentes em termos de planeamento estratégico e garantias de proximidade territorial, modalidades diversificadas de cooperação e co-responsabilização entre os mais variados actores e sistemas de governança efectivos e eficazes para a sua mobilização e desenvolvimento.

A questão da habitação exige, assim uma abordagem a várias escalas e o desenvolvimento de instrumentos estratégicos a nível central suficientemente plásticos para não conflituarem e poderem ser utilizados de forma sinérgica por múltiplos actores, em escalas de maior proximidade de promoção e desenvolvimento de habitats qualificados.

A Iniciativa «Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos» (criada com a RCM n.º 143/2005), enquadra-se nesta nova política de cidades e visa contribuir para a operacionalização de uma linha estratégica da Política

das Cidades, orientada para a integração sócio-urbanística de territórios que apresentam factores de vulnerabilidade crítica. O conceito de reabilitação urbana é alargado a um domínio mais vasto ao articular a perspectiva económica, social e ambiental com vista a contribuir para a coesão social e qualidade de vida, através da inovação organizacional e de modelos de governança resultantes da adopção da intervenção a realizar como um projecto conjunto dos vários actores do território.

Trata-se de uma linha experimental de desenvolvimento de metodologias e modelos de intervenção, gestão e financiamento que possam constituir um painel de metodologias, instrumentos e modelos de intervenção passíveis de poderem ser objecto de transferibilidade e aplicação alargada, num futuro próximo.

A Iniciativa assenta num conjunto de pressupostos, que devem ser apropriados e incorporados na prática dos projectos locais e integrados na gestão corrente da Iniciativa ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento das intervenções, desde o diagnóstico até à transferibilidade da inovação produzida, passando pela processo de concepção e experimentação, auto-avaliação e validação de práticas e soluções inovadoras:

- O envolvimento interministerial formalizado, no sentido de assegurar a concertação das iniciativas e a definição das prioridades;
- A participação dos Parceiros Locais na própria definição e concepção dos Planos de Intervenção;



- O desenvolvimento de parcerias público-público e público-privadas, aos vários níveis, quer em matéria de modelo de financiamento, quer no que se refere aos modelos de gestão de projectos.

Na prática, a Iniciativa faz depender os Planos de Acção e os Modelos de Financiamento e de Gestão de um trabalho participado por representantes dos Ministérios envolvidos e Parceiros Locais com especial destaque as Autarquias (concepção e execução). Para garantir a incorporação efectiva dos referidos pressupostos (*Participação, Parceria e Proximidade*), nos diferentes territórios alvo de intervenção, a Iniciativa promove um modelo organizacional baseado na constituição de Grupos de Parceiros Locais reunindo um conjunto alargado de *stakeholders*- ministérios, autarquias, programas e projectos com expressão no terreno, organizações, associações e lideranças locais. Este Grupo é responsável pela concepção do desenho da Intervenção, com o apoio e animação de Grupos de Apoio Técnico (de composição multidisciplinar), sob coordenação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Na sequência do processo de diagnóstico, amplamente participado e debatido pelas populações locais e por todos os actores pertinentes, elaboram-se os Acordos de Parceria e promove-se a gestão integrada dos Planos de Acção - previamente definidos e concertados em sede de Grupo de Parceiros Locais.

Tendo presente a dimensão experimental e de aprendizagem colectiva que enquadra esta Iniciativa, foram escolhidos três territórios que, pelas suas especificidades pudessem propiciar um conhecimento mais diversificado das situações de partida e das lições a tirar aquando da Intervenção: Cova da Moura – espaço de ocupação clandestina, Lagarteiro – Bairro de Habitação Social e Vale de Amoreira – Freguesia “suburbana” da Área Metropolitana de Lisboa.

A Iniciativa “Bairros Críticos” capitaliza a experiência de anteriores programas de intervenção ambicionando, no entanto, estimular e testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas, inovadoras, integradas e participadas, e procurar a concertação e optimização dos actores e da acção pública, envolvendo uma rede alargada e bastante diferenciada de parceiros num processo de aprendizagem colectiva de cooperação e construção de um compromisso de acção.

É uma iniciativa centrada nos territórios, na relação que as pessoas têm com os territórios que habitam (e em que trabalham) e, consequentemente, nos processos generativos na produção social dos lugares. Ou seja, é uma iniciativa integrada que pretende contar com a ligação e a optimização dos sistemas ecológicos territoriais no quadro da própria acção pública e da capacidade organizativa e interventiva no terreno dos diversos actores.

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana



Habitação Apoiada

Este artigo é baseado nos resultados de uma iniciativa realizada pela AEIPS sobre o desenvolvimento de serviços e respostas habitacionais individualizadas e que contou com a participação da Profª Doutora Priscilla Ridgway da Universidade de Yale, do Prof. Doutor Sam Tsemberis, da Universidade de New York e Executive Director of Pathways to Housing e da Dra. Jane Everton, Deputy Director for Housing Care and Support of Supporting People, do Reino Unido.

A habitação é um direito fundamental e é uma questão crucial para o bem-estar e integração comunitária. Apesar deste pressuposto, é um facto que as políticas e os sistemas de serviços não se têm organizado de modo a proporcionar os meios necessários para facilitar o acesso e a manutenção de uma habitação individualizada e integrada na comunidade, existindo pelo contrário, uma prática de criação de alternativas habitacionais institucionais, restritivas e segregadas socialmente. Os três especialistas defendem modelos, programas e estratégias mais eficazes para responder às necessidades

habitacionais das pessoas em situação de vulnerabilidade social e mental.

Conceito de Habitação Apoiada

Habitação Apoiada é uma designação que tem sido utilizada para descrever as abordagens que conjugam espaços habitacionais integradas com serviços de suporte individualizados para grupos em situação de vulnerabilidade social. Esta metodologia promove e facilita o acesso a uma habitação permanente, condigna, socialmente integrada e acessível economicamente, proporcionando um conjunto diversificado de serviços de suporte individualizados no ambiente habitacional em articulação com outros recursos da comunidade. O acesso a uma habitação pessoal e integrada é, não só um direito fundamental, como constitui um factor crucial para o bem estar mental e social dos indivíduos e determinante para o seu envolvimento noutros objectivos e projectos pessoais, ao nível profissional, educacional ou social.

Habitação Integrada

As pessoas em situações de vulnerabilidade social (ex.: doença mental, ou outros grupos de risco de sem abrigo), devem estar socialmente integradas em contextos de vizinhança comuns da comunidade, em vez de socialmente segregadas em instituições, residências ou em bairros sociais (Ornelas, 2008).

A habitação apoiada preconiza o acesso ao mercado habitacional da comunidade, a casas condignas, seguras, acessíveis economicamente e sem características arquitectónicas distintivas do contexto envolvente que possam constituir um factor de estigma e discriminação social. Por outro lado, devem ser procuradas respostas diversificadas e disseminadas na comunidade, no sentido de não congregarem no mesmo prédio ou na mesma rua vários inquilinos participantes dos programas de habitação apoiada.

Casas em vez de Instituições

Habitualmente, a visão do sistema de serviços coloca a necessidade de habitação dependente das intervenções clínicas e sociais específicas e, nesse sentido, têm privilegiado os contextos residenciais institucionais e de grupo, em vez dos serviços e suportes que as pessoas necessitam para conseguirem uma habitação individualizada e integrada. O modelo da habitação apoiada defende a inversão dessa perspectiva e separa a necessidade de serviços da necessidade de casa. Os suportes não são entendidos como estruturas físicas (espaços institucionais) mas como serviços prestados nos contextos naturais e que apoiam as pessoas, independentemente da sua situação de vulnerabilidade, a viver e a manter-se na sua própria casa. Isto porque, nem todas as pessoas precisam de um nível de intervenção intensivo, podendo esta ser ajustada.

O conceito de casa/lar (*home*) apresentado por Priscilla Ridgway (2007) estabelece bem a diferença entre uma casa e uma habitação institucional e de grupo, pelas possibilidades que proporciona ao nível da privacidade, liberdade individual, expressão da identidade pessoal, controlo sobre as rotinas, gestão e visitas, relações íntimas, familiares e sociais, estatuto social e sentimento de pertença a uma comunidade.

A estratégia Casas Primeiro (Housing First)

Um dos aspectos mais inovadores do modelo é, portanto, a sua estratégia de intervenção: *casas primeiro*, contrastando com o modelo da transitoriedade tradicional (*continuum* residencial) ao nível das respostas habitacionais. O modelo da transitoriedade tem subjacente a ideia que, através das estadias em contextos residenciais especializados, as pessoas vão ficando “preparadas” (readiness) para mudar para outros contextos mais autónomos (Tsemberis, Gulcur, Nakae, 2004). No entanto, da avaliação já realizada sobre as residências transitórias, muitas vezes localizadas no contexto do hospital e criadas com o objectivo de preparar a mudança do hospital (ou do centro de acolhimento) para a vida na comunidade e sobre o *continuum* residencial, o qual pressupõe a existência de um conjunto de diferentes opções habitacionais, organizadas em função de vários níveis de incapacidade e autonomia funcional, concluiu-se que muitos destes programas:

- requerem que as pessoas se ajustem a programas pré-estabelecidos, em vez de receberem os suportes que

necessitam para acederem e para viverem na sua própria casa;

- têm dificuldade em determinar quando é que as pessoas estão prontas para se mudarem para outro contexto residencial, prolongando, por isso, o tempo de estadia indefinidamente;
- não têm como resultado o acesso das pessoas a uma habitação individualizada e integrada na comunidade.

Por esta razão, os programas têm sido pouco eficazes nos objectivos de ajustamento e integração comunitária das pessoas com vulnerabilidades sociais ou mentais. Como Tsemberis (2007), as pessoas necessitam de apoio para acederem e manterem uma casa integrada na comunidade e não de participarem num programa de tratamento e reabilitação como requisito para acederem, no futuro, a uma eventual casa.

Subsídios de Renda e Outros Recursos

Uma componente essencial dos programas de habitação apoiada é o acesso a subsídios ao arrendamento. A falta de recursos económicos por parte de determinados grupos dificulta e impede muitas vezes o acesso à habitação, mantendo as pessoas institucionalizadas, em situações habitacionais precárias e ou sem abrigo. Os subsídios de renda têm sido, na estratégia de “casas primeiro”, um recurso eficaz, permitindo às pessoas aceder rapidamente a uma habitação pessoal e integrada na comunidade. No programa *Pathways to Housing* (Tsemberis, 2007), nas situações em que as pessoas auferem uma pensão social ou outra prestação social, 30% desse rendimento é também canalizado para ajudar a pagar a renda de casa.

Os programas de habitação apoiada identificam os recursos habitacionais existentes, e desenvolvem um trabalho de parceria com os agentes da comunidade que poderão contribuir para facilitar o acesso à habitação, nomeadamente as entidades públicas do sector da habitação centrais e locais, organizações públicas e privadas que intervêm na área social, programas de reabilitação urbana, entre outros que podem prever apoios dirigidos a grupos de risco de sem abrigo conjugados com suportes.

Suporte Flexível

A abordagem de habitação apoiada apoia cada pessoa ou família a:

- a) Identificar as suas preferências em termos habitacionais e de suporte;
- b) Seleccionar e obter uma casa condigna, segura e acessível economicamente;
- c) Viver autonomamente com qualidade na sua comunidade, com apoio de um conjunto de suportes individualizados, flexíveis e não intrusivos proporcionados no contexto habitacional e na comunidade.

Os serviços de suporte devem estar disponíveis 24h por dia, 365 dias por ano, mas devem ser flexíveis, individualizados e adequados às necessidades e preferências individuais (*consumer driven*). Estes serviços são geralmente

proporcionados na casa das pessoas e noutros contextos naturais da comunidade, no sentido de prestarem apoio na gestão, manutenção das casas e no cumprimento das obrigações como inquilino.

Os subsídios de renda e os serviços de suporte conjugados não devem ser limitados no tempo, nem transitórios, mas devem manter-se pelo tempo que for necessário, variando de acordo com as etapas que vão acontecendo na vida das pessoas e ao nível das suas necessidades tendo por base a avaliação conjunta do processo.

Nesse sentido, o suporte não se deve focalizar exclusivamente nas questões habitacionais, mas promover as ligações das pessoas com os recursos e suportes comunitários, o emprego, os projectos escolares e o fortalecimento das redes de suporte social, no sentido de prevenir o seu isolamento na comunidade e exclusão.

Universalidade

A habitação apoiada é para todos, mesmo para os que apresentam situações de maior vulnerabilidade ou que estiveram muito tempo institucionalizados. Esta abordagem não é apenas para aquelas pessoas que aparentam um nível mais elevado de autonomia e parecem estar mais “preparadas” para a vida independente. As experiências dos EUA e da Inglaterra, enunciam os resultados positivos desta metodologia para diferentes grupos, em diferentes situações sociais e pessoais:

- Sem abrigo
- Pessoas com doença mental
- Abuso de substâncias
- Situações de duplo diagnóstico
- Sobreviventes de violência doméstica
- Pessoas no sistema judicial
- Pessoas Idosas
- Pessoas com deficiência

Eficiência

O modelo de habitação apoiada tem demonstrado ser também mais eficiente em termos do custo-benefício quando comparado com outras respostas tradicionais, como os bairros sociais, os centros de acolhimento, as grandes instituições ou as residências de grupo com suporte profissional permanente.

O programa *Supporting People* para Inglaterra também realça que a adopção desta abordagem, em conjunto com uma melhor articulação e um orçamento de vários departamentos governamentais (habitação, saúde, justiça, juventude, idosos) possibilitou uma redução ao nível das despesas orçamentais em £2,7bn nos gastos da Saúde, Justiça Criminal e Acção Social (Everton, J., 2007).

Alguns estudos recentes demonstraram que os custos com os programas de habitação apoiada são metade, ou ainda menos de metade, do que os custos dos programas residenciais com apoio profissional. De acordo com os dados apresentados por Tsemberis (2007), são muito significativas as diferenças de custo entre as várias respostas disponíveis:

- Cama no hospital psiquiátrico/dia: 350 dólares
- Abrigo/dia: 51 dólares
- Habitação Apoiada/dia: 34 dólares (inclui renda e serviços de apoio)

O conhecimento e as evidências científicas sobre a eficácia da habitação apoiada têm vindo a aumentar nas últimas décadas, através de vários trabalhos de investigação e da avaliação de programas modelo demonstrativos. A maioria dos estudos demonstrou que a habitação apoiada tem resultados muito positivos:

- Aumenta significativamente a obtenção e manutenção da habitação
- Promove a integração comunitária
- Reduz significativamente o número de internamentos e a institucionalização
- Reduz drasticamente as situações de sem abrigo (80% a 90% num ano)
- Diminui o consumo de álcool e drogas
- Melhora o bem-estar mental e social
- Aumenta a satisfação e qualidade de vida
- Favorece o envolvimento noutras actividades significativas

A investigação revelou que, através do modelo de habitação apoiada, 85% a 90% das pessoas mantêm uma situação habitacional estável, embora algumas pessoas levem algum tempo a alcançar essa estabilidade habitacional (1 a 5 anos). O programa *Supporting People*, em Inglaterra (Everton, J., 2007), já prestou apoio habitacional a mais de um milhão de pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade, pessoas que agora vivem de forma independente nas suas comunidades.

Os programas de habitação apoiada são uma boa prática que têm demonstrado que a inovação social neste campo é possível. As pessoas com vulnerabilidades mentais ou sociais não precisam viver em ambientes restritivos e segregados ou em programas residenciais institucionais, mas podem viver com sucesso na sua comunidade quando recebem um apoio habitacional flexível e individualizado. A habitação apoiada abre perspectivas de resolução em larga escala para situações de institucionalização e sem abrigo, contribuindo para a criação de oportunidades significativas de integração social e para o desenvolvimento de comunidades saudáveis e sustentáveis.

José Ornelas, Teresa Duarte, Fátima Jorge-Monteiro
Associação para o Estudo e Integração Psicossocial
Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Referências Bibliográficas

- Everton, J. (2007). *Supporting People. Comunicação apresentada na Conferência sobre Habitação Apoiada da AEIPS em 14 de Março*. Lisboa.
- ODPM (2005). *Creating Sustainable Communities: Supporting Independence*. London.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Ridgway, P., (2007). *Supported Housing: Theory and Research. Comunicação apresentada na Conferência sobre Habitação Apoiada da AEIPS em 14 de Março*. Lisboa.
- Tsemberis, S. (2007). *Housing First: Ending Homelessness, Supporting Recovery and Community Integration. Comunicação apresentada na Conferência sobre Habitação Apoiada da AEIPS em 14 de Março*. Lisboa.
- Tsemberis, S., Gulcur, L., Nakae, M. (2004). *Housing First, Consumer Choice and Harm Reduction for Homelessness Individuals with a Dual Diagnosis. American Journal of Public Health, vol. 94, nº4, pp. 651-656.*

Foi-nos solicitada uma reflexão sobre as questões de habitação, relacionada com o actual contexto das mulheres vítimas de violência doméstica com quem, nós na UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, temos o privilégio de trabalhar.

A habitação é uma questão fulcral no que toca à intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica quer seja no que se refere a terem de abandonar as suas casas, devido a situações de risco e lacuna de outros mecanismos de protecção, quer seja no que concerne a conseguirem, na conjuntura actual do mercado habitacional português, arrendar uma casa com condições dignas de habitabilidade e a um preço acessível aos, quase sempre, baixos rendimentos destas mulheres que lutam diariamente para reconstruírem a sua vida.

Não obstante o facto de, actualmente, este flagelo social ser alvo de grande mediatização e discussão pública e até mesmo de estudo e intervenção ao nível das políticas sociais nacionais (como sejam, por exemplo, o actual III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica), parece-nos pertinente um breve enquadramento do mesmo, no sentido de tentar, de uma forma despretensiosa, que a violência doméstica seja aqui considerada, neste espaço, na perspectiva das mulheres e menores que vivem esta realidade e das técnicas/os que trabalham com estas famílias para que concretizem projectos de vida alternativos, fora de relações violentas, com vista à sua autonomização, em ambiente securizante.

Quem são estas mulheres de que falamos? É costume e até viável determinar perfis de vítimas, com base nas intervenções efectuadas pelos diferentes organismos que trabalham nesta área, pese embora a questão imperativa da individualidade que todas/os nós preservamos, sendo vítimas de violência doméstica, ou não...

Ao falarmos de mulheres vítimas de violência doméstica, falamos de mulheres que são sobreviventes de uma guerra, doméstica, mas ainda assim, uma guerra, e reconstróem toda a sua vida e dos suas/eus filhas/os de raiz.

Nestas mulheres, prevalece cada vez mais um sentimento de injustiça, que deixa de estar subentendido e passa a ser notório.

Não se compreende a razão pela qual se continuam a retirar as vítimas (cuja esmagadora maioria continua a ser, efectivamente, constituída por mulheres) da sua casa, de todos os seus laços e redes de suporte que levaram anos a constituir, após serem vítimas de crime, obrigando-as a recomeçar toda a sua vida e permitindo, deste modo, que os agressores permaneçam sem represálias significativas, nas suas rotinas diárias. Assim, também se viabiliza que esses agressores possam infligir os mesmos ou outros crimes sobre as mesmas ou novas vítimas.

Contudo, este é um facto, uma realidade diária, com a qual imensas mulheres e menores se deparam e não devemos recluir o olhar para esta realidade, pois só depois de existir uma consciência colectiva sobre a mesma, nos podemos empenhar a fundo, enquanto sociedade, para a modificar. E pensar que, para que tal acontecesse, bastaria que começassemos todas e todos por não o encarar como natural...

Contudo, como referido, acontece. E quais são as consequências?

Diariamente, mulheres por todo o país procuram apoio em centros de atendimento e gabinetes especializados. Estes, por seu turno, vão efectuar um diagnóstico da situação, avaliando riscos e recursos, acompanhando estas mulheres no delinear de um percurso de vida alternativo. Existem situações que poderiam realmente ter um desfecho diferente, se o acesso ao mercado habitacional, também este, fosse diferente.

Imaginemos a Maria, mãe de três filhos que sustentava a casa onde vivia com o seu marido, colmatava as necessidades básicas do agregado e ainda hábitos do seu marido, desempregado, que a agredia, física e psicologicamente, de forma bastante violenta.

Com muito empenho pessoal, a Maria conseguiu que lhe fosse atribuída uma habitação social, sendo que no contrato de arrendamento consta todo o agregado, marido agressor inclusive.

Após anos a construir toda uma rede familiar e de suporte, conseguiu. Tem estabilidade no emprego, apesar de todos os esforços em contrário por parte do marido, tem uma família e amigos que a apoiam, mas que não têm um espaço físico onde possa habitar com os seus filhos temporariamente e vive ao lado de autoridades policiais que conhecem a sua situação e que a têm aconselhado e se têm predisposto a apoiá-la em termos de segurança.

No diagnóstico efectuado num Centro de Atendimento, verificou-se que bastaria a Maria continuar com os seus filhos na casa pela qual tanto batalhou, mas tal não foi possível. Aconteceu mais uma vez uma daquelas realidades, o marido consta do agregado e, até decisão judicial em contrário, que ainda irá demorar, dado que o marido se recusa a sair, “quem está mal que se mude”. E, cansada de anos de trabalho e de espancamentos, é isso mesmo que Maria decide, sentindo embora que é uma injustiça.

No entanto, fala mais alto o seu instinto de sobrevivência e o sentimento de protecção em relação aos seus filhos. Com o inquérito a decorrer e com o peso de uma possível pena, a Maria verificou, em conjunto com a equipa técnica do Centro de Atendimento, que estaria protegida no seu trabalho e na sua rotina diária, bem como os seus filhos, mas não tem onde viver. Esgotadas todas as possibilidades e sem outras escolhas, a Maria e os seus filhos são integrados

numa Casa de Abrigo, noutra ponto do país, pois era a único equipamento com possibilidade de acolher a sua família. A Maria teve de abandonar o seu emprego, a sua família, os seus amigos, a sua casa e até a maior parte dos seus objectos pessoais, para os quais tanto trabalhou. Os seus filhos também. Deixaram a escola, os amigos, a bicicleta, os livros, o computador... Decidiram recomeçar e assim o fizeram.

A Maria procurou novo emprego e participa numa formação profissional, os filhos foram transferidos a meio do ano escolar, sempre sob sigilo e com medidas de segurança específicas, pois é habitual os agressores tentarem saber do paradeiro destas mulheres através dos filhos. Começaram a ser clinicamente acompanhados, trataram de todos os documentos que lhes faltavam e até fizeram novas amizades. Passados alguns meses, a Maria juntou algum dinheiro e até consegue pagar uma renda e mês de caução, mas questiona-se “e como será depois?”. Consegue ganhar todos os meses, com horas extraordinárias, cerca de €500, mas as rendas mais acessíveis de casas minimamente condignas para si e para os seus filhos são de €350. Dos seus rendimentos, ainda tem de pagar o seu passe, água, luz, gás, alimentação, algumas roupas e algum material escolar, entre tantas outras coisas que compõem o quotidiano de qualquer “cabeça de família”.

Enquanto isso, decorrem os processos de acompanhamento das outras mulheres na Casa de Abrigo e uma outra mulher, Ana, pede auxílio, para si e para os seus dois filhos, através de um outro Centro de Atendimento, noutra parte do país, pois está a correr risco de vida...

O nosso papel de técnicas/os e enquanto seres humanos solidários e co-responsáveis pela vigência deste flagelo na nossa sociedade, é ouvir e fazer com que sejam ouvidas as vozes destas mulheres. Como tal, não podemos deixar de dizer que, cada vez mais, estas mulheres não “falam de”, gritam, por Justiça!

O direito à habitação é um direito consagrado pela Constituição da República Portuguesa (Direitos e Deveres Fundamentais – Art.º 65º) e será que a Maria ou a Ana não tem esse direito? Já não provaram, vezes sem conta, serem merecedoras do mesmo?

No âmbito do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010), previamente mencionado, está incluída uma área estratégica (a 3ª), que visa “Capacitar e Reinserir as Vítimas de Violência Doméstica”.

Assim, surge enquanto medida “facilitar o acesso ao alojamento social para vítimas de violência doméstica no âmbito da Rede Social”, através da “celebração de protocolos com as Autarquias de modo a constituir uma bolsa de oferta de habitação social com vista à facilitação do acesso prioritário às vítimas de violência doméstica”, da “criação de um sistema de incentivo ao arrendamento apoiado por parte das vítimas de violência doméstica, de modo a promover a autonomia residencial das mesmas” e da “facilitação no acesso aos programas referidos por parte das vítimas de violência doméstica em regime de institucionalização”.

A questão coloca-se pois da seguinte forma: como se posiciona a sociedade civil, em geral, e os órgãos institucionais e de poder, em particular, face a esta área estratégica da referida política social?

Pois bem, como referido inicialmente, foi-nos solicitada uma reflexão, mas esta é uma reflexão que deverá ser conjunta e partilhada. As medidas enunciadas tratam-se, sem dúvida, de medidas de discriminação, mas discriminação positiva, ou não? E será que não cabe a cada um de nós, individualmente ou a nível institucional, lutar para pô-las em prática?

Estamos ao lado destas mulheres e menores na construção de uma nova vida e devemos saber que as nossas expectativas poderão não se concretizar, mas não temos o dever, moral e ético, de assegurar, sem sombra de dúvida, que as expectativas destas mulheres e menores podem e devem concretizar-se? Onde é que traçamos o limite e afirmamos BASTA? Basta de complacência com agressores e basta de sofrimento silenciado.

Elsa Branco

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta



Desde há muito que tenho tido um contacto, muito directo, com processos de desenvolvimento local e autarquias. Refiro porque estes são portais de acesso à realidade sócio económica nas regiões do interior e, se de facto, pretendemos contribuir para inverter o processo de desenvolvimento negativo, actualmente em curso em quase todo o interior, é preciso ter um profundo conhecimento dessa realidade, pois as tendências dominantes são impiedosas, envolventes e condutoras de ideias, ao ponto das actuais lideranças políticas e da maioria dos “opinion maker’s” deixarem de acreditar no processo de desenvolvimento no interior do território português.

Ingloriamente, neste país, ao mesmo tempo que não se investe no mar, também não se acredita verdadeiramente em investimento no interior fronteiriço. Depois da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, o Norte Alentejano foi visado por várias acções pretensamente integradas ou de valorização, portadoras de uma mensagem associada ao desenvolvimento regional mas, verdadeiramente, por vários motivos, não passaram de planos inócuos de desenvolvimento, porque não resultaram de uma estratégia firme continuada e estruturante que visasse a sustentabilidade global e individual de cada um dos equipamentos ou projectos financiados. Hoje, diz-se que contribuíram para a coesão e assim temos uma série de equipamentos pesados e caros que funcionam alguns meses por ano e projectos que se esforçam para sobreviver.

Francisco Sarsfield Cabral, jornalista de referência, em artigo publicado no Público (de 17/03/08) reflecte sobre a desertificação do interior. Ao longo do mesmo teoriza que a abertura da economia potencia a concentração geográfica de meios, acabando logicamente por concluir a quase inevitabilidade da desertificação no interior. Aliás, a teoria desenvolvida neste artigo é a dominante nas nossas elites e que já se expressa nos grandes planos territoriais em curso que apostam em concentração e mais concentração, ou seja, concentração urbanística, concentração nos transportes, concentração comercial, concentração turística e ainda na “standardização” ou concentração de normas.

Em contra corrente, felizmente segundo a minha óptica, o editorial publicado no mesmo matutino (a 18/03/08) pelo seu director José Manuel Fernandes considera que a desertificação não é inevitável, porque viver no interior também é uma questão de escolha, de opção pelo detalhe, pela tranquilidade, pela singularidade. Viver no interior não significa falta de ousadia, medo da concorrência ou aversão ao desenvolvimento. Afinal as novas e imparáveis tecnologias encurtaram significativamente as distâncias. A aldeia global já existe e o trabalho, a organização e os sistemas em rede já são alternativas, em alguns casos mais válidos às respostas clássicas.

Há uns anos, um alentejano, Manuel Nabeiro, optou na fase de grande expansão da sua empresa por mantê-la na sua terra. Provavelmente, contrariando a lógica e teoria dominante, preferiu ficar junto dos seus, partilhar o desenvolvimento da sua empresa no seio da sua comunidade. Um seu administrador, António Cachola (seguidor?), potente coleccionador de arte contemporânea também optou por instalar a sua colecção

e gerar desenvolvimento cultural numa cidade do interior, Elvas. Talvez a racionalidade decisória seleccionasse uma grande cidade, mas não foi essa a escolha. Também ninguém diria que Wolf Vostell escolhesse Malpartida de Cáceres, pequeno aglomerado próximo da cidade de Cáceres, para montar um Museu de Arte Moderna, o que contribuiu para gerar desenvolvimento.

Muitos de nós que vivemos no interior também o escolhemos, também nele acreditamos, mas como acima o referi, e também o refere Sarsfield Cabral, o desenvolvimento nunca se fará a partir de cima sem a participação das forças vivas locais, mas também não se fará de forma consistente exclusivamente a partir das forças locais. Ao ponto a que se chegou precisa de ser alavancado por políticas integradas e pró activas. Aqueles como eu que escolhem e acreditam no interior, têm que se indignar e combater as tendências dominantes. Certamente valia mais que em vez das “SCUT” (Auto-estradas) se optasse pelas “SCUT do Desenvolvimento” que garantissem uma resposta integrada e sustentável, envolvessem a população local, sensibilizassem e elevassem a formação, e patrocinassem a “importação” de recursos humanos qualificados para constituir massa crítica suficiente para gerar desenvolvimento e inverter o actual ciclo da desertificação. Diz quem sabe e quem conhece, que a Irlanda optou por um desenvolvimento diferenciado dos cânones clássicos e resultou eficazmente. Não digo que se copie mas que se considere possibilidades alternativas. Afinal num mundo que muda a uma velocidade colossal, as opções clássicas poderão não ser as melhores, as ideologias clássicas faliram, o pensamento colectivo deverá optar por soluções ágeis, flexíveis, menos pesadas e de proximidade.

O que acontecerá à maioria dos concelhos do interior se aceitarmos passivamente as actuais tendências sócio-económicas e nos conformarmos com as actuais soluções da administração central? Pura e simplesmente vamos assistir à morte social da maioria dos territórios do interior no espaço temporal de uma a duas gerações, ou seja vamos deixar de controlar as nossas actividades económicas: reduzir-se-á consideravelmente a criação de riqueza, encerrarão progressivamente escolas e centros de saúde, a segurança social reduzirá o número de acordos com as instituições porque os respectivos rácios são diminutos, encerrarão os pequenos comércios, desaparecerão as explorações agro-pecuárias, encerrarão as oficinas... O processo é imparável e já começou...estejamos atentos.

É impossível acontecer? Este processo iniciou-se mais cedo noutras regiões do interior e neste momento está quase a chegar ao fim, ou já chegou...

O processo é irreversível? Não necessariamente. Conheço um jovem que depois da sua licenciatura fez um estudo comparativo entre o Parque Natural da Serra de S. Mamede e um Parque Natural na Baviera e qual foi a diferença que mais o impressionou? A passividade do nosso Parque Natural versus a dinâmica do Parque Natural alemão no que diz respeito à criação e distribuição de riqueza. Alguns anos depois continuamos a ter uma zona protegida com uma

direcção afastada e divorciada da população local que proíbe, condiciona e se faz pagar pelos pareceres que emite para autorizar a construção de um casão e, que, até à data ainda não apresentou um plano de gestão de recursos que incentive o desenvolvimento local. O Parque Natural foi criado para proteger a natureza, a paisagem, a biodiversidade, a singularidade, ou sejam, riquezas que garantam a sustentabilidade económica aos seus habitantes. Em vez disso, tivemos até agora uma pesada organização burocrática que empobreceu e desertificou o seu território. Contudo não percamos a esperança, ainda estamos a tempo de mudar...

Numa região como o Norte Alentejano em que actividades económicas predominantes tiveram uma forte recessão com o advento da globalização, o turismo de qualidade poderia ser uma actividade económica adequada à região com a vantagem de criar outras actividades a montante e a jusante. Temos condições excepcionais: paisagem atractiva e diversificada, gastronomia típica, usos e costumes singulares, uma oferta muito interessante de unidades de turismo rural. Necessitávamos apenas de potenciar o existente com a diversificação e o aumento de produtos turísticos, infra-estruturas complementares, melhores acessibilidades e com isto, certamente, passaríamos a ser um destino turístico de eleição.

Infelizmente o Plano Estratégico Nacional de Turismo esqueceu-nos e, mais uma vez, ficaremos aquém das nossas possibilidades.

A economia social já é um importante factor de desenvolvimento. Temos todas as condições para potenciar esta actividade económica, promotora de emprego e bem estar social, digo potenciar, porque a actividade está fortemente disseminada no território através de uma densa rede de lares, centros de dia, apoio domiciliário, cuidados continuados, creches, etc. Infelizmente, a Segurança Social tem uma visão redutora desta actividade, analisa-a em função de rácios demográficos e é tolerante no controlo de qualidade, mas se a considerasse dinamicamente, em função da qualidade da oferta e da capacidade de atracção e com uma visão global, poder-se-ia alargar a oferta beneficiando a região. Um idoso isolado numa cidade vive verdadeiramente isolado. Não esqueçamos que os meios densamente urbanizados são extraordinariamente agressivos para os idosos. Sem querer equiparar-se ao Estado da Florida, nos Estados Unidos, potenciar a economia social poderia ser uma resposta interessante para o desenvolvimento local.

No que diz respeito à habitação, sempre considerei que, na ausência de processos de desenvolvimento consistentes, no mínimo deveríamos considerar o investimento numa política de habitação, uma vez que esta valência contribui de forma eficaz para fixar população. Muito dificilmente uma família rompe com a estabilidade que tem no seio da sua comunidade se estiver dignamente instalada, até porque a facilidade nos transportes e comunicações permitem com relativa facilidade, procurar, se necessário, a fonte de sustentabilidade financeira a alguma distância, pelo que ainda hoje, uma das posses mais importantes para a maioria das famílias continua a ser a sua habitação. E porquê? Porque continua a ser um bem caro, pelo menos mais caro do que devia ser, não deixando de considerar que a possibilidade “arrendamento” continua a ser tão irreal que só serve as famílias provisoriamente.

As políticas irreais de habitação do nosso país, designadamente, o congelamento e o condicionamento no arrendamento provocaram distorções no mercado que, definitivamente, inibiram a oferta de habitações para arrendamento pela parte da iniciativa privada, geraram forte especulação imobiliária e degradaram fortemente o parque habitacional. Deste modo, qualquer autarca com “consciência social” tem que utilizar todos os instrumentos disponíveis para garantir um dos mais importantes direitos constitucionais: a habitação.

É evidente que dar início a estes processos em concelhos do interior é extremamente complicado porque o processo é lento, os instrumentos disponibilizados pela lei ainda são pouco eficazes, necessita de recursos humanos especializados e polivalentes, assim como uma mobilização financeira relativamente avultada. Contudo, levar a efeito uma política de habitação é fundamental para dignificar as condições de vida dos mais desprotegidos e fixar os mais jovens no território.

Pessoalmente, considero a habitação um dos eixos fundamentais da estratégia de desenvolvimento do Concelho de Marvão pois, independentemente dos benefícios a montante e a jusante, permite a fixação e atracção de pessoas. Assim, no presente mandato, alteraram-se os Planos de Pormenor em curso que promoviam uma oferta habitacional cara e monovalente e optou-se por uma oferta diversificada e à medida da população local: adquiriram-se vários terrenos urbanos visando a constituição de uma bolsa de terrenos municipal para promover a criação de loteamentos municipais destinados à auto-construção e à habitações a custos controlados nas suas diversas valências, fez-se um levantamento de carências habitacionais, apresentou-se uma candidatura ao programa Prohabita, do IHRU, e promoveu-se parcerias com privados para aumentar a dinâmica da oferta. O sucesso das acções em curso permitirá inverter o estado da situação actual em que reina a especulação devido ao défice significativo da oferta.

Não posso deixar de referir as dificuldades: sendo a especulação dominante é muito difícil adquirir terrenos a preços aceitáveis, contudo o recurso à expropriação é demasiado burocrático e demorado: requer, por exemplo, a existência de um Plano de Pormenor adequado para o efeito; no que diz respeito a custos controlados para venda é preciso construir pelo menos 30 fogos no mesmo local para conseguir um preço/fogo aceitável para famílias de baixos recursos financeiros; quanto ao programa Prohabita, para além de requerer um esforço financeiro considerável pela parte do promotor, neste caso o Município, as candidaturas a financiamento estão congeladas pelo IHRU por falta de disponibilidade financeira do referido Instituto, o que revela que, actualmente, o governo português deixou de considerar prioritário o direito à habitação referido na nossa Constituição.

Mas, apesar de todos os constrangimentos, a habitação será um dos eixos prioritários do desenvolvimento do Concelho.

Habitação e acessibilidade

Acessibilidade a espaços públicos; equipamentos colectivos; edifícios públicos; transportes; informação e comunicação (incluindo novas tecnologias de informação).

O acesso aos bens e serviços é reconhecido como um direito de todos traduzindo-se, na prática, pelo exercício da cidadania e da participação social das pessoas. Num mundo onde a globalização impera, esta é uma questão básica que os Estados democráticos perseguem porque a entendem como um direito básico das pessoas. Para as pessoas que, por questões congénitas ou adquiridas, como é o caso das pessoas com deficiência, não têm possibilidade de pôr em prática os seus direitos e de se tornarem na verdadeira palavra cidadãos, a questão da acessibilidade ainda é uma conquista a realizar.

Numa tentativa de realização dessa “máxima”, surgem legislações europeias e nacionais onde são criadas medidas específicas.

A nível nacional o Instituto Nacional de Reabilitação¹ é uma das instâncias que faz chegar ao público informação sobre os direitos fundamentais (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Adicional²), sobre os diplomas (Lei nº 38/2004; Lei nº 46/2006) e sobre as medidas concretas que estão relacionadas com a questão da acessibilidade (Acessibilidade electrónica; Desenho Universal e Ajudas Técnicas). Dá a conhecer a “legislação e planos de acção que obrigam as entidades públicas e privadas a garantir a acessibilidade nos espaços públicos, nos equipamentos colectivos e edifícios públicos, nos transportes, na informação e comunicação, incluindo as novas tecnologias de informação”³

No *âmbito regional*, as Autarquias e as Organizações, com intervenção na área da reabilitação, assumem um papel importante na implementação dessas medidas específicas relativas à acessibilidade aos vários campos da vida social.

Legislação europeia

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

- Reconhece que a “deficiência resulta da interacção entre as pessoas com deficiência e as barreiras sociais e ambientais que impedem a sua plena participação na sociedade numa base de igualdade com os outros”;

Legislações nacionais

Lei nº 38/2004 de 18 Agosto⁴

- Considera a pessoa com deficiência aquela que “por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em

conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas” (art. 2º);

- Num dos objectivos destaca-se a “promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência”. (art. 3º);
- Define ainda relativamente ao direito à habitação e urbanismo que “compete ao Estado adoptar, mediante a elaboração de um plano nacional de promoção da acessibilidade, tendo em atenção os princípios de desenho universal medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência, nomeadamente aos espaços interiores e exteriores, mediante a eliminação de barreira arquitectónicas na construção, ampliação e renovação. (art. 32.º).
- Relativamente à participação são definidas medidas específicas a fim de garantir o envolvimento das pessoas com deficiência em todos os sectores da vida em sociedade, nomeadamente no que diz respeito à Sociedade da Informação está previsto nesta lei a responsabilidade do Estado na criação de “medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência à sociedade da informação” (art. 44.º);

Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio

- São publicadas as Normas Técnicas que visam melhorar a acessibilidade, das pessoas com mobilidade reduzida, a edifícios de acesso público, equipamentos colectivos e vias públicas;
- É adoptado o símbolo internacional de acessibilidade que deverá ser fixado nos edifícios, instalações, equipamentos e via pública;
- As instalações, edifícios e estabelecimentos, bem como os espaços circundantes, já construídos ou em construção que não garantam a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida teriam que ser adaptados no prazo de 7 anos (términos em 22 de Agosto de 2004);
- Relativamente aos edifícios e respectivos espaços circundantes de interesse histórico e arquitectónico, serão avaliadas as suas condições de acessibilidade, caso a caso, com parecer de Instituto Português Arquitectónico e Arqueológico;
- A fiscalização do cumprimento das normas técnicas compete às entidades licenciadoras previstas em legislação específica.
- Estão previstas coimas e sanções de privação do direito a subsídios atribuídos por entidades públicas ou serviços públicos, bem como sanções disciplinares.

Decreto-Lei nº1653/2006, de 8 de Agosto⁵

- Define condições de acessibilidade no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais, aprovando em anexo as normas técnicas a que devem obedecer os edifícios;

E traz algumas inovações: o alargamento da aplicação das normas técnicas aos edifícios habitacionais; a introdução de mecanismos que visam evitar os novos edifícios não acessíveis; a introdução de mecanismos mais exigentes que avaliem cada situação relativamente às condições de acessibilidade; um papel mais activo na defesa dos interesses das pessoas com necessidades especiais e as organizações; e a consagração de mecanismos de avaliação e acompanhamento das situações.+

Lei nº 42/2004 de 18 de Agosto - Lei da arte Cinematográfica e do Audiovisual

Define medidas que permitem o acesso das pessoas com deficiência às obras.

Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto - Lei-quadro dos Museus Portugueses

Visa salvaguardar que as pessoas com deficiência tenham apoio específico.

Protocolo entre a Federação Portuguesa de Surdos e o Ministério da Justiça

Define a necessidade da presença de um intérprete de língua gestual portuguesa nos actos judiciais onde haja uma pessoa surda.

Protocolo entre a Associação de Interpretes de Língua Gestual Portuguesa com a Câmara Municipal de Lisboa e também com o INR.

Visa facilitar o acesso das pessoas surdas à informação transmitida em reuniões, conferências, seminários e workshops,

Decreto-Lei nº 74/2007, de 27 de Março

Define o direito de acessibilidade das pessoas com deficiência acompanhados de cães de assistência, devidamente credenciados, a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público.

Decreto Regulamentar nº 10/2001, de 7 de Junho

Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios, nomeadamente no âmbito do EURO 2004, no qual se incluem as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência.⁶

Instituto Nacional de Reabilitação

São as seguintes as medidas divulgadas:

Informação e Comunicação - Acessibilidade Electrónica

O acesso à informação e ao conhecimento pressupõe competências ao nível das tecnologias de informação e comunicação. Para além das dificuldades ao nível económico que restringem esse acesso e da falta de competências nesta matéria, as pessoas com deficiência encontram obstáculos ao nível da acessibilidade electrónica que conduz a um processo social pouco participativo.

No sentido de solucionar os constrangimentos ao nível do *hardware* dos instrumentos que vinculam a informação têm surgido soluções ao nível do ensino e da indústria e ainda intervenções em áreas como a do Desenho Universal ou Desenho para Todos.

No que diz respeito às questões relacionadas com o *Software* surgem medidas de acessibilidade para os sítios da Internet divulgadas pelo Programa de Acesso, da UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento).

No que respeita ao Desenho Universal ou Desenho para Todos, vem definido na *Resolução ResAP (2001) 3 Para a Plena Cidadania das pessoas com deficiência através de novas tecnologias inclusivas*, do Comité de Ministros do Conselho da Europa como “uma estratégia que visa tomar o design e a composição dos diferentes ambientes, produtos e serviços acessíveis, compreensíveis e utilizáveis por todos (...). Define a importância desta questão dizendo que “a acessibilidade e a facilidade de utilização dos produtos e serviços devem ser asseguradas no momento da concepção, (...) deve assegurar (...) deve assegurar que abranjam o maior número de o da Rede Europeia de Desenho Para Todos – European Design for All e-Accessibility Network (EDeAN) e coordena a Rede Nacional dos Centros de Excelência em Desenho para Todos e Acessibilidade Electrónica. Esta rede europeia tem como objectivo garantir a acessibilidade electrónica a todos



No que respeita ao Programa de Acesso, da UMIC, são apresentadas várias *iniciativas* no âmbito desta matéria: *recursos* de acessibilidade web; *publicações*, incluindo legislação; apresentação de outras iniciativas europeias e outras. Dentro das iniciativas, surge a *Inclusão Digital* que é uma *Linha de apoio financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação*.⁷⁾

Organizações e Autarquias

A nível local são desenvolvidas várias acções. A autarquia de Beja no âmbito do Plano Desenvolvimento Social do Concelho de Beja contempla o Projecto Beja para Todos que visa numa perspectiva de continuidade o desenvolvimento e a implementação de medidas no âmbito das acessibilidades para as pessoas com mobilidade reduzida ao nível da habitação, serviços e equipamentos; circulação e transportes e formação. Na sua construção e implementação participaram as organizações que fazem parte da Rede Social do concelho de Beja.

No âmbito do projecto *Beja para Todos* estão em curso 4 sub-projectos: *Casa Acessível; Serviços e Equipamentos; Circulação/transportes; e Formação*.

Casa Acessível para Pessoas com Deficiência e Idosos

Tem como objectivo mobilizar recursos, durante o ano de 2008, para a intervenção e adaptação nas habitações das pessoas com deficiência e idosos com vista a permitir maior autonomia; melhor qualidade de vida; e promover a inserção social.

Serviços e Equipamentos

Circuitos Acessíveis

O objectivo durante o ano 2008 é tornar acessíveis os serviços da autarquia, de cultura, de desporto, os estabelecimentos comerciais, os espaços de restauração e hotelaria, e os edifícios de escolares de 1º ciclo através da sua adaptação.

Espços Acessíveis

Para concretizar este objectivo em 2008 a autarquia pretende assegurar a existência de uma rota turística acessível que permita efectuar visitas ao património monumental da cidade, adquirir um comboio turístico, melhorar e adaptar o jardim público, eliminar barreiras físicas no espaço infantil.

Condições de vida das pessoas com mobilidade reduzida

Durante o ano de 2008 pretende-se melhorar as condições de vida das pessoas com mobilidade reduzida através da sinalização dos percursos da Rota Turística Acessível e da dotação de todos os passeios de acesso a edifícios públicos de fitas anti-derrapantes.

Circulação/Transportes

Mobilidade para todos através da utilização do transporte público e nas deslocações pedonais.

Formação

Através do contacto com as realidades e de formação dirigida a autarcas, técnicos e outros agentes com o objectivo de aumentar o nível de qualidade e acessibilidade dos projectos; do cumprimento da legislação; da redução de custos de correcção.

Conclusão

Falar de acessibilidade não afecta só as pessoas com deficiência. Afecta também todas as pessoas com mobilidade reduzida tais como os idosos, as mães que transportam os filhos em carrinhos de bebé ou, por exemplo, uma pessoa com baixa estatura. Relativamente à questão dos idosos convém referir que são em grande número aqueles que têm dificuldades no acesso aos locais públicos (edifícios, espaços públicos) naturalmente devido à redução da mobilidade.

Apesar dos esforços efectuados para concretizar o acesso aos bens e serviços a todos (principalmente após o 25 de Abril de 1974) existem ainda muitas situações que todos encontramos na rua e que às vezes nem reparamos: passeadeiras sem rampas de acesso, casas de banho sem espaço suficiente para cadeiras de rodas, cabines de telefone muito altas para pessoas em cadeira de rodas ou de baixa estatura, falta de sinais acústicos na maior parte dos semáforos, rampas com degraus ou demasiado inclinadas, etc.

É evidente que sabemos que a falta de acessibilidades indigna muita gente, principalmente a quem se encontra afectado com a situação. São essas consciências que se traduzem mais tarde em actos governativos e em medidas concretas que poderão vir a melhorar a situação em matéria de acessibilidades.

Maria José Vidal
CERCI Beja

1. Funciona sob a tutela do Ministério de Trabalho e das Solidariedade Social, e tem por missão assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover o direito das pessoas com deficiência (Decreto-Lei nº 217/2007, de 29 de Maio).

2. Ambos entraram em vigor no dia 3 de Maio de 2008. A Convenção foi assinada por 82 países, incluindo Portugal. O Protocolo foi ratificado por 15 países.

3. Consultado em Maio de 2008, no sítio www.srn.pt.

4. Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência

5. Vem revogar o Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio

6. Seródio, José (2008), apresentação de uma breve introdução ao direito das pessoas com deficiência num seminário realizado no INR.

7. (www.acesso.unic.pt)

A CIC-Portugal (Associação para a Cooperação Intercâmbio e Cultura), é uma Organização Não Governamental de solidariedade social constituída em 1992, vocacionada para a cooperação internacional e para o combate à pobreza e exclusão, numa óptica de desenvolvimento integrado e promoção do empowerment das populações com quem trabalha.

No cumprimento da sua missão, iniciou em 2001 um projecto de intervenção social, o Projecto ORIENTAR, que surge no seguimento de um projecto anterior, o Novos Rumos, tendo como objectivo último a inclusão social e profissional de pessoas excluídas e/ou em risco de exclusão.

Os problemas conjunturais que afectam estas populações (a precariedade do emprego, a instabilidade habitacional, a ausência de programas inter-institucionais), fazem com que a resolução destas situações seja morosa, pois a solução definitiva não passa somente pelo colmatar das necessidades básicas (abrigo temporário, alimentação), mas também e sempre, pela realização de um Projecto de Vida, que permita aos indivíduos participarem activamente na construção do seu futuro rumo à autonomia. Para isso, é necessário a existência de mais projectos que facilitem o processo de inclusão social através do acesso a bens e serviços que contemplem uma nova perspectiva que alia a acção individual com a componente social, enquanto estratégia de intervenção que procura combater as causas dos problemas e não as manifestações mais imediatas.

Impõe-se, nesta medida, que as organizações que actuam na redução dos problemas de exclusão social e na promoção do desenvolvimento sustentável, estejam preparadas para lidar com os novos riscos e desafios sociais, adoptando novas estratégias empreendedoras de intervenção, que se revelem mais ajustadas às novas problemáticas que se vão sucedendo, reforçadas por uma nova abordagem do trabalho em rede.

Nesta procura de novos caminhos, o Projecto ORIENTAR coloca-se numa terceira linha de intervenção, promovendo a inclusão dos indivíduos através da gestão e dinamização do potencial de cada um, para reconquistar a sua autonomia. Isto é, pelos recursos que oferece e especialidade da equipa, dá continuidade ao trabalho iniciado pelas instituições que actuam na área da emergência e acção social, colmatando com um trabalho ao nível do treino das motivações e gestão

da auto-estima dos indivíduos, numa perspectiva “positiva” de desenvolvimento da resiliência, por forma a possibilitar-lhes que, intrinsecamente e com o apoio técnico, reiniciem uma adequada gestão do seu tempo e recursos.

Neste sentido, a acção do Projecto ORIENTAR assenta numa intervenção integrada que contempla diferentes níveis de abordagem, prosseguidos segundo patamares escalonados de capacitação das pessoas, através de projectos de vida enraizados na identidade dos sujeitos, na descoberta dos seus recursos e na delineação de balanços de competências que conduzam ao desenho do projecto, tendo sempre em conta a interacção com outros projectos existentes no território, por forma a conjugar esforços, saberes e recursos.

Em função das características e necessidades identificadas no trabalho desenvolvido com esta população ao longo dos anos, a equipa do ORIENTAR tem vindo a equacionar a criação de respostas que permitam uma intervenção mais adequada às necessidades sentidas e colmatar lacunas no universo de respostas e serviços existentes, nomeadamente ao nível da habitação.

Com efeito, entre os factores de maior vulnerabilidade que reconhecidamente afectam esta população, encontra-se a incapacidade de aceder e manter um alojamento pessoal adequado com autonomia (pelos seus próprios meios ou sem a ajuda dos serviços sociais). Se entendermos o alojamento como uma necessidade emergente, cuja satisfação garante aos indivíduos o limiar de disponibilidade física e psicológica que lhes permita iniciar um processo de reintegração, a habitação apoiada/assistida assume, neste contexto, uma dimensão socialmente estruturante, enquanto patamar de transição para uma vida mais autónoma.

É certo que em regra a casa não resolve, só por si, todos as dimensões dos problemas que afectam estas populações, contudo, a inserção destas em meios sociais facilitadores, com uma gestão da cultura organizacional motivante através das relações interpessoais, poderá ser estimulante da mudança social sustentada e na formação de novas competências, sem as quais a reinserção dificilmente pode acontecer.

Procurando dar resposta a esta necessidade, criou-se uma resposta que, mais do que um alojamento que garante condições dignas de habitabilidade, se constitui como um espaço que funciona como um verdadeiro “lar”, proporcionando aos que aí habitam em cada momento, uma “sensação de lugar” e de pertença, uma âncora identitária que os reforce a participar activamente na construção do seu futuro.

A *Residência de Alcântara*, assim designada por se situar na freguesia com o mesmo nome na cidade de Lisboa, é um espaço de residência temporária, de homens que estão motivados para uma situação de mudança e que,



numa fase de transição na sua trajectória de autonomização, não têm onde habitar. Não entram, contudo, sem que se considere que atingiram já um determinado estágio de maturação e que demonstrem, por actos e comportamentos, que no seu plano de inserção, começam já a ensaiar estratégias de responsabilização e de autonomia.

A Residência é constituída por uma habitação tipo familiar, constituída por dois quartos duplos, um triplo e um individual, e espaços de utilização comum (cozinha e dois WC). Tem capacidade para 8 pessoas, sendo o funcionamento assegurado pelos próprios residentes que, mediante o apoio e supervisão técnicos, se responsabilizam pela execução de todas as tarefas de organização e manutenção da casa.

Estimula-se, assim, não só a necessária autonomia de acção, de decisão e escolhas, bem como a capacidade de iniciativa e relacionamento, proporcionada pela vivência de uma experiência familiar. Deste modo, a Residência constitui-se não só como um espaço de referência individual, mas tem também um papel de sociabilidade e de apoio sustentado, quer nos laços sociais, quer no espaço próprio, onde podem e devem repensar os seus momentos de êxito e reflectir os de fracasso.

Para além de se proporcionarem condições dignas de habitabilidade, pela concessão de parâmetros equiparáveis ao resto da comunidade, estão também acauteladas as condições que garantem o necessário “anonimato” acerca do passado dos indivíduos que aí habitam, perante a restante comunidade em que estão inseridos, medida preventiva em relação à atribuição de estereótipos. Pretende-se, assim, promover uma melhoria dos seus níveis de auto-estima e

confiança, estimular a tomada de uma posição crítica em relação à sua realidade e consequente vontade de procurar alternativas (motivação).

A experiência obtida nestes quase dez anos de funcionamento da Residência de Alcântara, permite-nos concluir pelas vantagens que este tipo de resposta assume enquanto factor dinamizador do processo de sociabilização dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento das suas competências e assumindo-se como um importante patamar de transição no seu processo de inclusão. Trata-se, assim, de uma prática que consideramos globalmente positiva, mas que não exclui naturalmente outras formas de acção, como a proposta pelos programas de “Housing-first”, cujas vantagens já evidenciadas noutros países, ainda não foram experimentadas em Portugal.

Contudo, é indiscutível que qualquer que seja a estratégia de intervenção adoptada, no universo de uma metrópole como Lisboa, como em qualquer outro território, só em complementaridade os resultados serão representativos.

E só esta perspectiva, a de organizações que trabalhem em redes de cooperação conectadas territorialmente, formando uma malha social estreita que dê suporte às pessoas, parece susceptível, no nosso entender, de criar condições para um território qualificante e favorável à construção de um desenvolvimento sustentado, capaz de sustentar e fazer regredir a pobreza e a exclusão.

Lurdes Macedo
Chefe do Projecto ORIENTAR

Centro Comunitário “Acampamento Azul”: uma experiência de doze anos

A experiência na área da habitação com etnia cigana desta Instituição, teve início em 1996 quando foram sinalizados núcleos com barracas de indivíduos de etnia cigana espalhados em 2 locais de Freguesia de Pechão – Sítio da Ribeira e Sítio do Algueirão.

Esta sinalização foi efectuada pelos serviços de habitação da Câmara Municipal de Olhão, Junta de Freguesia de Pechão e Escola Primária de Pechão que na altura se queixava do absentismo escolar e da situação de subnutrição das crianças.

Mediante esta preocupação, foi efectuada um levantamento da situação sendo na altura sinalizados 12 agregados familiares no total de 100 indivíduos.

Conjugaram-se esforços e a Instituição em Parceria com outros organismos efectuou uma candidatura a um Projecto de Luta Contra a Pobreza - Projecto Integrado de Intervenção e desenvolvimento Comunitário “Acampamento Azul”.

Esta era uma população geograficamente enraizada, pois já residia na Freguesia há mais de 30 anos, mas onde a integração social era praticamente nula.

Residindo pacificamente na Freguesia de Pechão em terrenos emprestados por particulares eram constantemente pressionados para saírem pois o cenário de barracas e de miséria humana não era agradável ao cenário envolvente dos proprietários das vivendas que então começavam a ser construídas por aí.

Na conjuntura social da época, a problemática da etnia cigana era motivo de notícias diárias nos meios de comunicação social com cenas de violência e expulsão.

A Instituição ao promover esta intervenção marcou alguma diferença com um projecto pioneiro de inclusão social e que serviu de suporte para outros que vieram a seguir.

Esta era uma população que residia em barracas de cartão e materiais que iam recolhendo no lixo, sem qualquer tipo de infra-estruturas básicas que proporcionasse alguma qualidade de vida, onde as aspirações à mudança eram nulas, subsistiam da mendicância e de biscates sazonais.

Delimitados geograficamente, viviam com os “medos” do que era desconhecido para além das fronteiras da Freguesia,

o mais longe que se deslocavam, era Faro, não deixavam soltar as amarras dos jovens, ainda acrescida de uma cultura altamente restritiva e castradora, nomeadamente em relação à população feminina e a participação na vida escolar.

A população para além de limitada no espaço estava também limitada no tempo, pois o ritmo dos dias e horas não existia no sentido dos ponteiros do relógio, o que tornava difícil marcar ou fazer actividades vinculativas a horários.

Foi com uma população alvo caracterizada por estes aspectos que a Instituição iniciou um processo de inclusão social.

Trabalhamos com cerca de 12 agregados familiares no total de 100 indivíduos, para os quais foram delineadas algumas estratégias de intervenção nas áreas da Educação, Formação, Emprego, Saúde, Animação sócio cultural e Habitação.

Na área da habitação e por se tratar de uma população cujas aspirações a uma casa “normal” era igual a de todos os cidadãos, a Instituição adquiriu um terreno na Charneca de Pechão onde foi efectuado um “reajuntamento provisório” num espaço comunitário próprio onde foram criadas algumas infra-estruturas básicas, tiveram acesso a electricidade e água que até então não possuíam.

Assim procedeu-se à limpeza do terreno com implicação e mobilização da população, tendo-se organizado uma equipa de trabalho, com elementos da comunidade alvo. Em parceria com o Instituto de Emprego foi promovido um curso de formação profissional na área da construção civil para os indivíduos da comunidade, o que permitiu construir algumas infra-estruturas e uma casa de apoio. Procedeu-se de seguida a um levantamento topográfico do terreno necessário para o projecto de arquitectura.

Para a realização deste projecto, foram efectuados contactos com o então I.G.A.P.H.E. para motivar este organismo a entrar nesta parceria, convite que aceitaram, disponibilizando um arquitecto, que estabeleceu um contacto directo com a população por forma a criar um projecto de reajuntamento em consonância com a forma de vida desta etnia e da apropriação dos espaços tendo em conta os seus hábitos e tradições.

Assim, foi criado um projecto de 12 vivendas unifamiliares destinadas a esta população.

Durante este trabalho foram encontrados alguns constrangimentos nomeadamente de origem cultural, ciganos “desavindos” não podiam cruzar-se no mesmo passeio, “ciganos em luto” não podem ouvir a música do vizinho do Lado, enfim uma série de constrangimentos culturais e sociais que tiveram de ser adaptados à realidade daquela comunidade.

Passados sensivelmente 9 anos desde então, o reajuntamento provisório no terreno continua, os agregados familiares entretanto foram crescendo, vivendo em alguns casos em economia comum sob o mesmo tecto três gerações, mas mantendo-se a esperança da casa com janelas, jardim e a horta. Continuam a residir em barracas provisórias expostos às vicissitudes do clima e de algumas pragas próprias de habitações abarracadas, e das condições do terreno onde estão implantadas.

Dentro de algumas barracas poderemos ver as aspirações ao espaço e a apropriação do espaço como se de uma casa de alvenaria se tratasse. Elementos decorativos electrodomésticos e outros “luxos” da sociedade moderna podem ser observados.

Para além deste trabalho é de realçar o trabalho feito junto desta comunidade através do equipamento social ali criado, a área da educação, da formação profissional, da animação, saúde e acompanhamento social, são algumas áreas de trabalho desenvolvidas, e que tornará a nossa experiência em muitos aspectos, igual a tantas outras, mas chamamos à atenção para a avaliação a efectuar por cada actividade, nela está a vitória de anos de trabalho diário de uma equipa, junto da população na conquista da confiança desta e na motivação para a participação social, como agentes no processo de mudança.

É a vitória da força sobre o desespero, vitória da paciência sobre a desmotivação, vitória da vontade de querer sempre fazer mais e melhor, sobre a estagnação.

Este trabalho é sem dúvida composto a todos os níveis de pormenores talvez imperceptíveis a quem não trabalha com esta etnia, mas que ao longo dos anos. Foram marcando a diferença nesta população. Fica-nos a satisfação de conseguirmos em relação ao inicialmente proposto ter atingido 50% e resta nos a esperança de alcançar nos próximos dez anos os outros 50% para uma integração social plena.



A Directora Técnica
Célia Branco Pereira

Bibliografia e Artigos Temáticos

ABRANTES, Teresa (1994). “Efeitos Perversos” dos Bairros Sociais: Observações e Sugestões” Sociedade e Território, Porto, Afrontamento, n.º 22, p. 33-37

BAPTISTA, Luís, “Cidade e Habitação Social” (sd), Lisboa, Celta

BAPTISTA, Luís, (1999). Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa, Oeiras, Celta.

CABRITA, António M. Reis (1995). “O Homem e a Casa – definição individual e social da qualidade da habitação”, Lisboa, LNEC

COELHO, António Baptista (2006). “1984 – 2004, 20 anos a promover a construção de habitação social”, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação

COELHO, A. Baptista; CABRITA, Reis (2003). evolutiva e adaptável. Lisboa : Lneec. Informações Científicas e Técnicas de Arquitectura, ITA 9.

FREITAG, Michel (2004). Arquitectura e Sociedade, tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Dom Quixote.

HARRISON Malcom, LAW, Ian e PHILLIPS, Deborah (2003). Observatório Europeu dos Fenómenos Racistas e Xenófobos (EUMC)

REIS, Fernando (Coord.), “A Família Cigana e a Habitação” (2001), Lisboa, Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional Pastoral dos Ciganos

SANTOS, José Carlos Gomes dos e Barros, Carlos Pestana (Coord), “A Habitação e a Reinserção Social em Portugal” (1997), Lisboa, Vulgata

Legislação e outros documentos

- Plano Estratégico Nacional para uma Política de Habitação 2007/2013
- Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio – Programa Especial de Realojamento
- Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro – Novo Regime de Arrendamento Urbano
- Constituição da República Portuguesa (7ª revisão constitucional – 2005)

Sites

www.portaldahabitacao.pt

Sítio do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

www.cecodhasp.org

Sítio do Comité Português de Coordenação da Habitação Social

www.planoestrategicohabitacao.com

Plano Estratégico de Habitação: 2007/2013

www.lnec.pt

Sítio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

www-ext.lnec.pt/GH-APPQH/Site/index.htm

Site do Grupo HABITAR

www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt

Sítio do Portal do Cidadão

